

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

1. A Comissão Política do PAICV reuniu-se no dia 8 de Novembro, para tratar de questões internas do Partido e, igualmente, para analisar questões de âmbito nacional.
2. A Comissão Política começou por apreciar as **informações** prestadas pelo Presidente do Partido sobre a visita realizada a Marrocos por uma delegação do Partido e as perspectivas de estreitamento de relações entre o PAICV e a USFP nos mais diversas áreas e entre PAICV e outros Partidos árabes. Apreciou ainda a informação de Silvino da Luz sobre a sua participação no Colóquio sobre o tema "*Diálogo Sobre os Pontos Estratégicos de Desenvolvimento Económico e Social Para o Ano 2000, entre o Mali, a África Ocidental e Europa / Alemanha*", realizado em Bamako, Mali. Este facto ganhou muito interesse na medida que um dos pontos chaves do debate foi o **futuro do Franco CFA, da UEMOA**, quando desaparecimento da moeda nacional francesa e da passagem para a moeda única europeia, o Euro. Sobre esta matéria, houve muitas interrogações e poucas certezas.
3. Quanto às **actividades internas**, entre outras questões, a CP avaliou o estado de implementação das orientações sobre a constituição e os programas de trabalho das Secretarias e estabeleceu o calendário para a instalação das Comissões Especializadas e dos Grupos de Trabalho.
4. A CP apreciou a situação política nacional e analisou alguns temas que podem constituir matéria das próximas intervenções políticas do Partido. Mereceram especial atenção da CP as seguintes questões:
5. **Sessão parlamentar de Outubro**: considerou que se verificou um avanço no sentido da reforma parlamentar indispensável que deve entretanto, ser prosseguida até à implementação completa dum regime de incompatibilidades e de impedimentos que impeça a acumulação do cargo de deputado com os de alto funcionário do Estado e de gestor público, permitindo-lhe autonomia material, política e disciplinar em relação ao Estado. Considerou ainda que a interpelação ao Governo, no Parlamento, é um acto de fiscalização e de controlo necessário e útil que o PAICV, como oposição parlamentar, deve continuar a utilizar apesar dos constrangimentos e bloqueios existentes e da falta clara de colaboração do Governo.